



## PARTE C

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Direcção-Geral dos Impostos

#### Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

##### Aviso (extracto) n.º 13402/2008

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Inspector-Geral de Finanças, de 2008.04.07 e 2008.04.15, respectivamente foi autorizada a prorrogação da requisição do inspector de finanças principal, Vítor Manuel Melo Fernandes, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 01 de Abril de 2008, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Viseu, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13403/2008

Por despacho do Director-Geral dos Impostos de 17.04.2008, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 15.01, foi nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Sistemas (DGS), da Direcção de Serviços de Gestão dos Créditos Tributários (DSGCT), o inspector tributário de nível 2, Fernando Lopes de Carvalho, com efeitos a 1 de Maio de 2008.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13404/2008

Por despacho do Director-Geral dos Impostos de 17.04.2008, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 15.01, foi nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão da Gestão Processual dos Créditos Tributários (DGPCT) da Direcção de Serviços de Gestão dos Créditos Tributários (DSGCT), o inspector tributário assessor, Artur Manuel Marques Pires, com efeitos a 1 de Maio de 2008.

21 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

##### Aviso (extracto) n.º 13405/2008

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 17.04.08, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de adjuntos de chefes de finanças, Martinho Fernando Guedes Ribeiro, no S.F. de Santa Maria da Feira 4, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.03.08, Ana Sofia Martins Ferreira, no S.F. de Góis (secção de cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos a 28.02.07.

22 de Abril de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pí-neiro*.

#### Instituto de Informática

##### Despacho n.º 12239/2008

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, em jornal de expansão nacional e na bolsa de emprego público em 11 de Setembro de 2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe de Divisão de Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supra mencionada, este elaborou a proposta de nomeação fundamentando-a na reconhecida aptidão da candidata Elisabete Maria Silva Marcelino para o preenchimento do cargo posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao currículo apresentado bem como na entrevista pública que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo. O júri considerou que as razões pelas quais propõe a nomeação da candidata são as seguintes:

Experiência profissional, forte motivação e conhecimento técnico da área de desenvolvimento de sistemas de informação.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da lei invocada, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a especialista de informática do grau 3, nível 2 do quadro de pessoal do Instituto de Informática, licenciada Elisabete Maria Silva Marcelino para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe de Divisão de Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, da Direcção de Serviços de Organização e Desenvolvimento, do Instituto de Informática.

10 de Março de 2008. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

#### Nota Curricular

Nome: Elisabete Marcelino;  
Nascimento: 04 de Novembro de 1965; natural de Esmoriz; nacionalidade Portuguesa.

Habilitações académicas: Licenciada em Matemática Aplicada, opção Estatística — 12 valores — 1988

Categoria profissional: Especialista de Informática de Grau 3, Nível 2 do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Experiência profissional:

Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

Chefe de Divisão da Evolução e Qualidade de Sistemas de Informação, em regime de substituição — (Junho de 2007 a Março de 2008)

Directora de Projectos da 3.ª Direcção de Sistemas de Informação — (Fevereiro de 2003 a Abril de 2007);

Chefe de Projectos — (Setembro de 2000 a Janeiro de 2003);

Coordenadora de Projectos — (Fevereiro de 1999 a Agosto de 1999);

Técnica Superior de Informática Principal, de 1.ª e de 2.ª classes — (Setembro de 1992 a Janeiro de 1999)

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro:

Estagiária, na carreira de Técnica Superior de Informática — (Abril de 1991 a Agosto de 1992)

Escola Secundária Alfredo da Silva — Barreiro:

Professora Provisória — (Outubro de 1988 a Março de 1991).

##### Despacho n.º 12240/2008

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2007, em jornal de expansão nacional, e na bolsa de emprego público, em 11 de Setembro de 2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe da Divisão de Inovação Organizacional de Sistemas de Informação, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supra mencionada, este elaborou a proposta de nomeação, fundamentando-a na reconhecida aptidão da candidata Tânia Marinela Benquerêncja Peixoto para o preenchimento do cargo posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao currículo apresentado bem como na entrevista pública que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo.